

Aborto e separação dos poderes nos EUA e no Brasil

» RODRIGO BADARÓ

Advogado, é conselheiro nacional do Ministério Público, de Proteção de Dados (ANPD) e diretor do Instituto Brasil Estados Unidos de Direito Comparado

» ERICK BILL VIDIGAL

Advogado, doutor em direito (PUC/SP), professor do UniCeub e escritor

“Este é um dia triste para a Corte e para o país.” Foi assim que o presidente Joe Biden resumiu o sentimento da maioria dos cidadãos norte-americanos ao tomar conhecimento da nova decisão sobre o aborto, proferida pela Suprema Corte dos EUA no último dia 24.

No livro Suprema Corte dos Estados Unidos: principais decisões, João Carlos Souto tece aprofundado estudo do caso Roe x Wade, que levou a Corte, em 1973, a considerar inconstitucional a lei do Texas sobre a matéria, ao entender que o aborto se inseria no direito constitucional à privacidade. A reação conservadora, pontua o professor, deu-se em 2003, com o Partial-Birth Abortion Ban Act, que tornou ilícito o aborto realizado a partir do segundo trimestre da gravidez. Questionada judicialmente, a lei foi considerada constitucional em 2007, sendo reconhecida a legitimidade do governo para legislar sobre o assunto.

Sem entrar na discussão valorativa sobre o aborto, tem-se que a decisão de 24/6 não o proibiu, mas, sim, devolveu ao Legislativo o papel de decidir sobre o tema. Nas palavras do Justice Samuel Alito, relator do caso: “É hora de acatar a Constituição e devolver a questão do aborto aos representantes eleitos pelo povo. [...] A Constituição não proíbe os cidadãos de cada Estado de regularem ou proibirem o aborto. [...] Nós hoje reverteremos aquelas decisões e devolvemos a autoridade ao povo e a seus representantes eleitos”.

É certo que, em tese, é muito mais seguro considerar inserida na Constituição a proteção de uma liberdade individual, pois dificulta “aventuras” decorrentes de alterações significativas nos quadros do Legislativo. Contudo, o que muitas vezes não se considera é o grave risco de retirar dos representantes populares o poder de decidir sobre tais liberdades, aceitando que autoridades vitalícias não eleitas exerçam tão relevante atribuição. Ainda que alguns possam achar o parlamento horrível, vivemos em uma democracia, que, como dizia Churchill, “é o pior dos regimes, mas não há nenhum sistema melhor que ela”.

No Brasil, a temida insegurança jurídica gerada pelo fenômeno do ativismo judicial



tornou comum encontrar magistrados que ignoram a legislação processual, criam regras jurídicas, desrespeitam contratos e prerrogativas da advocacia e até mesmo impedem crianças de 11 anos de exercer o direito legal ao aborto quando vítimas de estupro, sendo poucos os que compreendem que seu verdadeiro papel não é criar um mundo novo, mas solucionar conflitos [a afirmação não é nossa, mas do Justice Frankfurter].

Se é verdade que a natureza objetiva da Constituição dos EUA demanda sempre interpretações, a nossa Carta Magna é detalhada e literalmente clara, não justificando os malabarismos que convertem a vontade do legislador em simples sugestão. A moralidade administrativa e princípios que não encontram respaldo em qualquer fundamento democrático dão lugar a decisões que, corriqueiramente, confrontam políticas públicas implementadas pelo Executivo e Legislativo, e a outras que chegaram ao extremo de impedir presidentes da República de escolherem seus ministros.

Voltando ao aborto, é evidente que, em uma Constituição que dispõe até mesmo sobre o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, sua omissão se deu por opção consciente do constituinte originário. Nesse contexto, o cuidado e a autocontenção devem ser a regra, sem crença em dons iluministas e convicções ideológicas, buscando sempre evitar o conflito entre os poderes, pois os não eleitos acabam decidindo o destino de milhões de brasileiros que já escolheram seus representantes pelo voto.

Por certo que os direitos das mulheres e de outras minorias precisam, sim, ser defendidos e concretizados, mas jamais criados por tribunais e juízes. O alerta perfeito se tem nos versos do poeta Eduardo Alves da Costa: “Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e, checando nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Mirem-se nos exemplos das Unidades de Resgate dos Bombeiros e no Hospital de Base

Todas as noites, enquanto você e sua família dormem tranquilamente, milhares de profissionais da saúde do Distrito Federal, estão envolvidos no mais estressante e urgente trabalho de atendimento aos socorridos que dão entrada, a cada instante, nos hospitais da capital. Os casos são variados e sempre graves. A interação entre os socorristas e o pessoal dos hospitais que estão de plantão madrugada adentro deve ser precisa e imediata.

É nesse ponto que todo o trabalho de socorro pode dar, ou não, os resultados positivos que todos esperam. Um atraso em cada um desses lados é fatal e pode custar a vida de muitos. Os socorristas que dão plantão nas diversas Unidades de Resgate dos Bombeiros, distribuídos por toda a cidade, trabalham incessantemente durante toda a noite, e sob todas as condições, buscando e levando para os hospitais mais próximos, vítimas de acidentes e outros cidadãos que necessitam de socorro imediato. Trata-se de um trabalho de mais alta importância.

O crescimento desordenado da capital nas últimas décadas, com o estabelecimento de centenas de novos bairros, a maioria erguidos sem muitas cautelas urbanísticas, com ruas e becos estreitos e sem iluminação, sem endereço ou CEP oficial, fez de muitas áreas periféricas do Distrito Federal, verdadeiros labirintos, onde nem a polícia ousa circular nas madrugadas. É em lugares assim, fora dos mapas da civilização, que esses socorristas resgatam, diuturnamente, vítimas de violência físicas ou emergências físicas ou mentais que assolam esse lado da cidade. São heróis anônimos que estudaram por anos para salvar os cidadãos.

Para esses profissionais que ajudam a zelar pelo seu sono tranquilo, sabendo que a cidade está entregue em boas e seguras mãos, a missão de conduzir para os hospitais é apenas a primeira e mais importante etapa do resgate. A segunda, o atendimento de emergência dentro das Unidades de Saúde, cabe, inteiramente, aos hospitais nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal. É aí que todo esse trabalho encontra um diagnóstico duvidoso e falho. Não são raros os casos e os relatos de pessoas atendidas pelo serviço entrarem nos Hospitais Regionais e não encontram os profissionais que ali deveriam estar. “Estamos sem cirurgião” ou “estamos sem esse ou aquele especialista”, é o que se ouve nessas unidades de saúde.

Nesse ponto o que resta fazer, e muitas vezes é feito, é levar o paciente para outro hospital, numa viagem em que a vida e morte estão sentadas frente a frente. Muitas são as vezes em que esses casos se repetem. Quem, geralmente, salva essa situação extrema é sempre o Hospital de Base, que fica sobrecarregado por não negar atendimento. No Hospital de Base de Brasília, estão os melhores profissionais de saúde de todo o Distrito Federal. Tanto médicos quanto pessoal de enfermagem. Quem precisou sabe. Quem um dia precisar saberá também.

Esse hospital tem salvado não só os pacientes que ali chegam, como ajudado a salvar também a imagem arranhada dos hospitais regionais. A questão é tentar entender como pode uma unidade de saúde como o Hospital de Base ser tão eficiente no que faz e ter, ao mesmo tempo e até com os mesmos recursos, outras unidades, como os hospitais regionais, apresentando tanta deficiência. Ou falta gestão nesses HRs, com severidade no controle de presença dos médicos, ou o caso é mais sério ainda. O que não pode é debitar boa parte do atendimento da população, apenas ao Hospital de Base.

Se fosse de interesse das autoridades, uma blitz incerta nos hospitais regionais feita pela Secretaria de Saúde poderia solucionar esse mistério que se repete com cada vez mais constância. Aos socorristas e às Unidades de Resgate dos Bombeiros e ao Hospital de Base, nossas agradecimentos. Aos hospitais regionais, por enquanto, nossa esperança de dias melhores.

» A frase que foi pronunciada

“O que eu faço é uma gota no meio de um oceano. Mas sem ela, o oceano será menor.”

Madre Teresa de Calcutá

Tempo, tempo, tempo

» Algum dia chegará ao Brasil alguém capacitado para exterminar a burocracia. Leitor nos envia uma missiva contando a saga para se aposentar. Marcado o atendimento presencial, quase dois meses depois, com os documentos exigidos, o encontro foi apenas para copiar e devolver a documentação. Mais alguns meses aguardando os analistas e outras dezenas de dias para o final do processo. A falta de cruzamento de dados entre as instituições do governo local e federal é impressionante. Estamos em pior situação que a Idade da Pedra. Naquele tempo não havia burocracia.

» História de Brasília

As grandes sabotagens do momento: O presidente do Iapfesp vem a Brasília e não visita as obras paralisadas, nem dá ordem para seu prosseguimento. O presidente do Iapb viaja para o Rio, e faz declarações à imprensa dizendo que construirá na Asa Norte. Não sabe, sequer, que será na Asa Sul, onde a planta já foi aprovada. (Publicada em 2/3/1962)

Pandemia: nova onda sob efeitos de uma velha política

» FÁTIMA SOUSA

Professora

Nos pouco mais de dois anos a pandemia de covid 19 transformou profundamente as formas cotidianas de interação social, impôs novas rotinas de autocuidado, modificou as relações de trabalho, reestruturou as formas de convivência doméstica, com todas as consequências negativas, interdito o compartilhamento público de arte e lazer, e causou impactos socioeconômicos desastrosos para emprego, renda e segurança alimentar.

Seria de esperar, portanto, que, no momento em que ocorresse uma redução significativa de casos e óbitos, diversos setores da sociedade e a população de uma forma geral se encontrassem com uma disposição emocional acentuada para enxergar a pandemia como coisa do passado e reestabelecer, enfim, a “normalidade” nas formas de viver. Caberia às autoridades, uma vez que devem representar a racionalidade própria do Estado, mediar com prudência essas expectativas, de forma coordenada com o crescimento ininterrupto de oferta e acessibilidade às vacinas, acompanhando de forma rigorosa a tendência dos dados e liberando de forma progressiva e coerente as atividades que concentram maior número de pessoas, ao tempo em que estabelecessem programas e políticas emergenciais de recuperação do emprego e garantia de segurança alimentar. Mas o que se viu no Brasil parece distante dessa perspectiva, com maior gravidade em alguns estados, incluindo o DF. O governo Ibaneis apostou-se a liberar grandes eventos artísticos e esportivos sem limite de ocupação, emitir portarias tornando opcional o uso de máscaras e a anunciar a organização de festas populares para grandes multidões.

Na primeira semana de junho, os principais veículos de comunicação, com base em documentos e opiniões de especialistas, anunciaram não haver mais dúvida de que estamos vivendo mais uma onda pandêmica. Os dados mais recentes dão conta de

um aumento da média móvel da ordem de 107% com cerca de 30 mil novos casos por dia nas últimas duas semanas. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), divulgado pelo jornal O Globo, testes positivos para covid-19 realizados em farmácias tiveram impressionante aumento de 326% em maio em relação ao mês anterior.

Esse quadro pode ser ainda mais grave, se levarmos em conta o grave problema da subnotificação, seja por falta de um monitoramento eficaz dos registros, sobretudo na medida em que foram liberados os autotestes de farmácia, seja pela falta de atualização de dados por algumas secretarias estaduais, seja pela própria queda das ações estatais gerais de vigilância epidemiológica, em um governo federal que não demonstra um planejamento claro de suas ações, não estimula ações coordenadas entre os gestores das diversas esferas administrativas do SUS, anulando praticamente a gestão tripartite de nosso sistema de saúde.

Ainda que os casos venham se apresentando em formas menos graves, o número de internamentos e casos graves vem aumentando de forma preocupante, sobretudo nas unidades da Federação em que os esforços para a vacinação da população foram os menores, como é o caso do DF. Já ficou bem estabelecido cientificamente que a variante ômicron é a que mais tem infectado pessoas vacinadas em todo o mundo, e que ela pode ter sua transmissão mais bem controlada com doses de reforço a partir do 12º ano de vida.

Segundo os mais recentes dados, o DF é uma das unidades federativas com grande crescimento de casos em período curto e figura no 11º lugar em proporção populacional acima de 12 anos com dose de reforço. Considerando-se as facilidades territoriais desta que é a menor unidade federativa do país com uma renda per capita 33% acima da do Estado de São Paulo, por exemplo, trata-se de uma posição

vergonhosa. Vale notar que o governo do DF que se apressou em copiar as decisões de relaxamento do governo de São Paulo, sendo que a proporção populacional com dose de reforço em São Paulo é de 74,08% enquanto que no DF é de apenas 47,24%. O governo Ibaneis age como se esses dados não tivessem a menor importância para as suas decisões.

Especialistas de todo o mundo, por seu lado, tem consenso sobre algumas das medidas consideradas eficazes para conter essa quarta onda. Citamos aqui as mais urgentes: 1) Reforçar a vacinação — elaboração de campanhas de vacinação veiculadas para convocação da população com vacinação incompleta, busca ativa de não vacinados e exigência de comprovante de vacinação para acessar os locais fechados; 2) — Retomar a obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados; 3) — Organizar um acesso amplo por meio do SUS à testagem ampla e gratuita da população, com implementação de um sistema de registro rigoroso de resultados; 4) — Elaborar um sistema de rastreamento de contatos — por meio dessa ação que se pode interromper as cadeias de transmissão.

Durante toda essa enorme crise sanitária que estamos vivendo, ficaram evidentes os profundos laços de identidade entre o governo Ibaneis e governo Bolsonaro no que se refere às tendências negacionistas, à ausência de planejamento, ao desprezo pela ciência, ao desinteresse pelo bem-estar das populações que sofrem os efeitos de seus governos. É a velha forma de fazer política, onde o povo, seus sonhos, suas dores, seus potenciais, seus obstáculos não passam de matéria-prima para construção de discursos eleitoreiros demagógicos, com o fito de chegar ao poder e, estando lá, governar para as elites. Se o governo do DF não age por incompetência ou falta de vontade política, não teremos certeza jamais, mas cabe a nós como sociedade cobrar fortemente os governantes e demonstrar nas urnas, neste outubro próximo, nossa indignada insatisfação.